



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO 4091/2020**

**PARECER 1037/2020-CF**

**ASSUNTO Representação**

**Ementa: Representação 45/20-CF. IGESDF. Possíveis irregularidades em contratos de informática e publicidade. Decisão 3026/20 – conheceu da Representação e concedeu prazo à jurisdicionada e às contratadas para manifestação. Expedientes juntados. Corpo Técnico entende atendida a decisão da Corte, improcedente a Representação e propõe inspeção na execução dos contratos. MPCDF diverge. Considerações sobre telemedicina e contratos similares, com profissionais da saúde. Ausência de justificativa de preços. Suspensão da execução dos contratos pelo próprio IGESDF. Grave situação econômico-financeira do IGESDF.**

Versam os autos acerca da Representação 45/20-CF sobre possíveis irregularidades em contratações firmadas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, com objetos referentes à informática e à publicidade.

2. Em juízo de admissibilidade, o TCDF proferiu a Decisão 3026/20, com o seguinte teor:



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – **tomar conhecimento da Representação nº 45/2020-CF**, formulada pelo Ministério Público junto à Corte (peça 11);

II – **determinar**, com esteio no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º, do RI/TCDF, **ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na peça inaugural, no prazo de 5 (cinco) dias**, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC), a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;

III – **conceder igual prazo para que as sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda. - ME, CNPJ 19.416.207/0001-70, e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, se assim desejarem, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da exordial;**

IV – autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, da Representação do Parquet especial e desta decisão ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, bem como às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda. - ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda. para subsidiar o cumprimento dos item II e III retro;

b) o retorno dos autos à SEASP, para as providências cabíveis.

3. Por conseguinte, a SESDF e as contratadas encaminharam expedientes.

4. Desta feita, o Corpo Técnico examina o mérito da Representação.

5. Preliminarmente, transcreve a Informação elaborada na fase de admissibilidade.



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

6. Ato contínuo, cita os expedientes encaminhados pela SESDF e pelas interessadas e passa a examinar o mérito da Representação.
7. Inicia com a discriminação dos dois contratos noticiados:

Quadro 1 – Discriminação do Contrato nº 32/2020

|                  |  |
|------------------|--|
| Contratante:     | Distrito Federal, por intermédio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.  |
| Processo GDF     | 04016-00024182/2020-48   |
| Contratada/CNPJ  | Smart7 Digital Ltda. – ME./19.416.207/0001-70  |
| Valor            | R\$ 1.530.000,00   |
| Objeto           | Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19, conforme justificativa, especificações, quantidades e demais condições constantes no Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020 –GESIN, para atender as necessidades do IGESDF. |
| Vigência         | 180 dias, a partir de 8/5/2020.  |
| Fundamento legal | Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto n.º 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.   |



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

Quadro 2 – Discriminação do Contrato nº 51/2020

|                  |  |
|------------------|--|
| Contratante:     | Distrito Federal, por intermédio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.  |
| Processo GDF     | 04016-00008326/2019-85   |
| Contratada/CNPJ  | Fértil Comunicação e Marketing Ltda./10.589.522/0001-24  |
| Valor            | R\$ 4.000.000,00   |
| Objeto           | Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF. |
| Vigência         | 12 meses, a contar de 3/6/2020.  |
| Fundamento legal | Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto nº 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.  |

8. Em seguida, pontua o que foi suscitado pela exordial com relação ao primeiro ajuste:

8. Em relação ao primeiro Contrato, a Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas já são objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

(SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes e vídeos, amplamente propalados pela mídia.

9. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

10. Ademais, afirmou que, em dado aberto, pode-se ver contrato de publicidade digital e redes sociais, celebrado pela Smart7 com Organização Social (OS) em Goiás, por valor bem inferior ao contratado com o IGESDF.

11. O mencionado ajuste é o Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação e Marketing entre a Smart7 e o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – Unidade de Pirenópolis – Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime, para prestação de serviços de comunicação e marketing, com prazo de 12 mês, no valor de R\$ 10.000,00 mensais.

12. O Parquet aponta, também, que o Sr. Roni Cavalcante, Diretor Executivo da Smart7, teria celebrado contrato, representando a empresa ARO Publicidade, com o Complexo Regulador Estadual - CRE, em valores igualmente inferiores, para assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de web.

9. Acrescenta também o segundo ajuste:

13. O segundo Contrato é o de nº 51/2020, celebrado com a Fértil, possui vigência de 12 (doze) meses, a contar de 3/6/2020, com previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

14. Sobre esse ajuste, a Representante argumentou que o estado



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

de Pernambuco adotou solução semelhante, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de software), com a adição da plataforma/aplicativo, para que pessoas tenham primeiro suporte em chamada de vídeo com enfermeiro ou médico, antes de procurar uma unidade de saúde

15. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela Internet, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade.

16. Ao final, a Representante solicitou que: “1) a Corte de Contas ouça o Diretor-Presidente do IGESDF para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente: a) toda a documentação correlata relacionada com os contratos em tela; b) toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF; 2) o Diretor-Presidente do IGESDF apresente, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da Smart7, os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar ao menos parte do objeto do ajuste debaixo desse contrato, sem novos ônus 3) autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Corpo Técnico, Núcleo de Tecnologia da Informação, com a urgência que o caso requer.”

10. Resume as informações trazidas pelo IGESDF:

17. O IGESDF esclarece inicialmente que foi instituído pelo Poder Executivo do DF, mediante autorização da Câmara Legislativa do DF por meio da aprovação da Lei nº 5.899/2017, alterada pela Lei nº 6.270/2019, e regulamentado pelo Decreto nº 38.332/2017, alterado pelo Decreto nº 39.674/2019, na forma de Serviço Social Autônomo como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, não integrando a Administração Pública Direta ou Indireta, com princípios e legislação diversos daqueles aplicáveis ao Estado.

18. Na sequência, explana que, considerada essa natureza jurídica, o IGESDF deve observar a legislação privada, inclusive no que se refere ao regime de pessoal, processos de compras de bens e serviços e de contabilidade e finanças com as derivações impostas na lei autorizativa correspondente.



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

19. Afirma que o objetivo dos contratos objeto da Representação do MPJTCDF é fornecer dados estratégicos para os órgãos públicos tomarem decisão e constituírem políticas de combate à pandemia e, também, diminuir a sobrecarga das unidades de saúde.

20. Argumenta que a aquisição dessa solução justifica-se pela essencialidade da ampla divulgação do conhecimento sobre a Covid-19, de maneira que o usuário não necessite, a princípio, se deslocar de sua residência, podendo utilizar aparelho de celular, notebook, dentre outros. Adiciona que não se trata de telemedicina, mas todo o fluxo de atendimento é supervisionado por médicos especialistas para evitar que informações incorretas sejam passadas para os usuários, e para que o usuário, dentre outras ações, realize autoavaliação de seus sintomas e, baseado nas respostas, seja encaminhado para o serviço público de saúde mais adequado, UBS, UPA ou SAMU.

21. Após essa etapa inicial, assevera que há o monitoramento por inteligência artificial durante quatorze dias, após o primeiro atendimento.

22. Assegura que já foram trocadas mais de 417.108 mensagens de WhatsApp, cerca de 27.000 usuários foram atendidos e, deles, 13.700 são monitorados, havendo impacto para mais ou menos 1,3 milhão de usuários de internet no DF e entorno.

23. Reafirma que o serviço prestado se limita à prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), não se tratando de serviço de telemedicina, conforme objeto de contrato e, caso haja a necessidade de atendimento médico, o paciente é encaminhado para um analista que indicará as unidades de saúde para acolhimento do paciente. Por isso, não há a necessidade de experiência nessa área para contratar. Na verdade, há um auxílio na autoavaliação prévia com o intuito de diminuir o volume de pacientes não contaminados nas unidades de saúde, evitando-se o contágio por aglomeração.

24. Ressalta que a afirmação do MPJTCDF de que o DF possui serviço próprio para tal fim, ou seja, o TELECOVID é imprecisa, pois não se trata de publicidade do tipo utilidade pública nem de telemedicina.

25. Diante do exposto, o IGESDF requer o não conhecimento da Representação por ausência de ilegalidade, ou, no caso de conhecimento, que seja, no mérito, negado provimento, e





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

abertura de prazo para juntada de documentos que as partes supõem necessários.

11. Aponta as alegações da Empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda:

26. Ressalta que o MPJTCDF questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato nº 32/2020 e apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador em valor inferior para objeto semelhante.

27. A Fértil esclarece que se tratam de contratos com objetos distintos e, no que pertine ao Contrato nº 51/2020, não há que se falar em irregularidades no processo de contratação nem na sua efetiva execução.

28. Houve, em fevereiro de 2020, a publicação do Ato Convocatório nº 13/2020, dando conhecimento da realização de Seleção de Fornecedores, na modalidade Mercado Digital, com critério de julgamento por melhor técnica/preço, regido pelo Regulamento Próprio de Compras e Contratações, com lances ofertados, na ocasião da seleção, por maior desconto por lote.

29. O Elemento Técnico nº 1/2020 esclareceu que “a agência contratada atuaria por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.” O orçamento inicial para a contratação seria de R\$ 4.000.000,00, devidamente autorizada por despacho (34768629) constante no Processo SEI 04016-00008326/2019-85, com despesa em rubrica própria do orçamento do IGESDF para o exercício de 2020.

30. Portanto, o processo de contratação teria seguido fielmente as disposições legais vigentes, estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, em consonância com o princípios que regem a Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

31. Afirma que a Fértil atua com planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, desenvolve serviços especializados de agenciamento de comunicação e serviços





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

publicitários terceirizados.

32. Acrescenta que o Contrato nº 51/2020 teria sido celebrado em obediência aos termos do Ato Convocatório nº 13/2020, do Elemento Técnico nº 1/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, da proposta comercial, do Parecer SEIGDF nº 65/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR, da Declaração de Disponibilidade Orçamentária emitida pela Gerência de Custos e Orçamentos do IGESDF e demais disposições constantes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, cuja cláusula segunda discrimina as condições e especificações do objeto:

*“a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado. b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação. c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes. d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivados (planejamento de mídia). e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia), e no pagamento das faturas (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.).”*

33. A Fértil ressalta que o valor estimado da contratação é um teto orçamentário, previamente autorizado, mas os serviços seriam realizados por demanda, de acordo com os padrões estabelecidos pelo CENP - Conselho Executivo das Normas-Padrão<sup>3</sup> da atividade publicitária e tabelas SINAPRO<sup>4</sup>, juntando aos autos (anexo) tabela contendo informações sobre os serviços já prestados e faturados no âmbito do contrato.

34. Argumenta que, cotejando as disposições do ato convocatório, do elemento técnico, do contrato e da lista dos serviços efetivamente prestados pela Fértil Comunicação e Marketing Ltda. com os do Contrato nº 32/2020, conclui-se tratarem-se de situações distintas, com objetos distintos.



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

35. Requer, por último, que esse TCDF conheça da manifestação e restrinja o objeto de fiscalização ao processo de contratação referente ao Ajuste nº 32/2020.

12. Sobre a manifestação da Smart7 Digital Ltda.-ME, aborda:

36. O representante legal da empresa argumenta que a Representação do MPjTCDF estaria fincada em duas premissas: a) indícios de contratação de serviços por valores acima dos ofertados pelo mercado para a prestação do objeto contratual; e b) sobreposições de atividades estatais na área da publicidade e propaganda.

37. Mas argumenta que o Parquet não teria obtido informações essenciais para compreensão dos serviços tecnológicos que estão sendo prestados pela Smart7 à população do Distrito Federal, com o “programa DF contra Coronavírus” ao compará-los com diversos outros que não possuem qualquer proximidade em seus respectivos objetos.

38. Acrescenta que a contratação, no âmbito do Processo SEI nº 04016- 00024182/2020-48 IGESDF, ocorreu de maneira regular e nos termos do art. 25, I, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, tendo como fundamento o Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020-GESIN (37439535-doc4), com os seguintes embasamentos:

*“6. O Parecer Técnico da Assessoria Jurídica do IGESDF (Doc.05) identificou todos os elementos necessários à regularidade do processo administrativo de contratação: Elemento Técnico; Relatório de Visualizações e Respostas da Bionexo; E-mails enviados e recebidos sobre cotações; Mapa Comparativo de Preços; Planilha de preços; Definição de Modalidade da Seleção de Fornecedores; Requerimento de autorização de despesa orçamentária; Declaração de disponibilidade orçamentária; Autorização da Diretoria Executiva; Documentações para habilitação da empresa; e Minuta contratual. 7. A pesquisa de preços realizada com base no art. 9º, X e § 1º, do Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF “contou com a apresentação de orçamentos válidos alocados nos autos (37764507), que resultou no valor total de R\$2.079.968,93 (Dois milhões, setenta e nove mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos)”. As propostas para contratação*



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*(Doc.06) foram apresentadas pelas seguintes empresas: a) CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - R\$2.509.906,80; b) KNOWTEC LTDA - R\$2.200.000,00; c) DUO SYSTEM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA R\$3.925.878,94; d) SMART7 DIGITAL LTDA - R\$1.530.000,00; e e) NOVETECH SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (desclassificada). 8. A proposta da empresa Smart7 Digital foi classificada pelo critério Menor Preço na Dispensa 027/2020 do IGESDF. ...”*

39. A Smart7 continua apresentando a natureza dos serviços tecnológicos prestados pela empresa diante do cenário em que se encontrava o DF, com a finalidade de municiar o poder público com dados precisos e confiáveis sobre sintomas, perfil demográfico, localização e diversos outros elementos destinados ao auxílio das definições de políticas públicas, que estão em desenvolvimento, de enfrentamento e combate à pandemia e destaca:

*“20. A Smart7 Digital implementa um projeto que possibilita a coleta estratégica de tantas informações importantes no combate à pandemia que não se esgota na formulação imediata de políticas públicas, mas se traduz num conjunto de dados que serão essenciais para o futuro da saúde no DF. Esse arcabouço de dados também poderá ser usado em breve por cientistas de várias instituições de pesquisa do Brasil. 21. Apesar da existência de algumas iniciativas públicas e privadas destinadas a informar toda a população sobre as características e consequências da COVID-19 e seus sintomas, a exemplo do aplicativo do Ministério da Saúde ou até mesmo hotspots de outros órgãos, o serviço contratado e executado pela Smart7 nada se assemelha a nenhum desses projetos. 22. Não se trata da mera exposição de textos explicativos ou disparo em massa de mensagens. A Smart7 Digital criou um sistema de atendimento que possibilita ao poder público a análise de um volume enorme de dados estratégicos, além de realizar o atendimento direto de pessoas sintomáticas que estão em um momento de máxima vulnerabilidade psicológica e desinformação.”*

40. Detalha, em seguida, as etapas, especificando a necessidade de divulgação por site com apresentação do número de telefone (www.coronavirus. bsb.br), canal no Facebook (facebook.com/dfcontracoronavirus) e no instagram



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

(instagram.com/dfcontracoronavirus), busca ativa com dois analistas de redes sociais. Em virtude disso, o projeto pode ser considerado um serviço público de alto grau de engajamento, tendo, no período de 8/5 e 31/7/2020, cerca de 1.338.739 pessoas impactadas e 417.108 mensagens enviadas, além da atividade de monitoramento.

41. Alega que o “programa DF contra Coronavírus” exige habilidades e experiências em diferentes áreas como tecnologia, ciência de dados, comunicação, medicina, disseminando conteúdos e coletando dados sistêmicos para elaboração de políticas públicas. Embora haja vários projetos de tecnologia e comunicação que atuam no combate à pandemia, nenhum deles detém a mesma envergadura apresentada pelo serviço prestado pela Smart7, tornando difícil a comparação.

42. Argumenta então que a Representação nº 45/2020-CF indicaria a comparação de preços e serviços prestados pela Smart7 com os seguintes: a) Telemedicina; b) Contrato ARO Comunicação e Complexo Regular Estadual (GO); c) o serviço TELECOVID; d) Contrato do Município de Recife; e) Projeto Vida Saudável do Hospital Albert Einstein; f) o contrato de comunicação do IGESDF e a empresa Fértil; g) diferenciação de iniciativa ofertada gratuitamente para o DF (Menção a Cooperação Técnica entre OS e GDF); e h) o projeto “CheckCorona”.

43. Na sequência, rebate cada uma das comparações apontadas pelo MPJTCDF.

a) Telemedicina

44. Argumenta que, no seu Contrato, o atendimento é feito por inteligência artificial (robôs Ana e Gabriela) e, eventualmente, por humanos não médicos. Possui profissionais da área médica para definição de informações, supervisão de atendimentos, construção de fluxo de atendimento em conjunto com médicos do IGESDF, e análise de dados. E conclui:

*“Comparar a atividade de atendimento do programa “DF contra Coronavírus” com telemedicina é assumir que em algum momento, procedimentos exclusivos da atividade médica são realizados com os usuários, ora pelo diagnóstico ou prescrição de medicamentos, ora pela simples identificação do atendente como profissional de saúde. Isso não existe em nenhum momento da interação artificial com os cidadãos. A Smart7 Digital não possui essa especialidade entre as atividades que*



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*exerce e não se propõe a ofertar tal serviço, uma vez que a sua área de atuação se resume a tecnologia e comunicação, como fica evidente nas atividades econômicas declaradas.”*

b) Contrato ARO Comunicação e Complexo Regulador do Estado de Goiás

45. Assevera, para esse caso, que a Smart7 não é reponsável ou anuente da empresa ARO e não participa da contratação. Também a regulação em saúde, caso do contrato da ARO, difere muito de atendimento por inteligência artificial, conforme tabela apresentada nas pp. 10/11 da peça 33, e a CRE teria contratos relacionados a inteligência artificial, mas no valor de R\$ 4,4 milhões, conforme Doc. 08 anexo aos esclarecimentos.

46. Portanto, a comparação de preços não possui respaldo técnico, pois os objetos seriam totalmente distintos, com pessoas jurídicas que não se comunicam e com demandas estaduais diferentes, afastando a possibilidade de qualquer confronto.

c) Serviço Telecovid

47. Esclarece que, diante do cenário de incertezas com a pandemia, seria normal e imprescindível diferentes esforços estatais em várias frentes, não cabendo, portanto, a simples alegação de sobreposição de atividades e, apesar do compartilhamento do mesmo público alvo e partes do objetivo, programas como “DF contra Coronavírus”, mantido pelo IGESDF e operacionalizado pela Smart7, quanto o Telecovid, mantido pelo Corpo de Bombeiros do DF e operacionalizado por ele e outros órgãos, são diferentes pelo canal de comunicação utilizado, tecnologias envolvidas, escalabilidade proporcionada e resultados obtidos.

48. Para demonstrar as grandes diferenças, a Smart7 trouxe a comparação no quadro de pp. 12/13 da peça 33.

d) Contrato do Município de Recife

49. Alega que a afirmação do MPJTCDF de que o contrato seria dez vezes menor do que o do DF não se sustenta, pois o valor global da avença é de R\$ 714.000,00 e não R\$ 102.400,00, conforme afirmado pelo Parquet. Essa quantia faz referência ao pagamento parcial de empenho de R\$ 410.328,00. Além disso, há várias diferenças entre os objetos contratuais, conforme quadro de pp. 14/16 da peça 33, sendo a única semelhança entre os dois projetos o fato de no programa “DF Contra Coronavírus” haver também um FAQ: “Perguntas e Respostas sobre a COVID-



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

19”, portanto, todo o restante é absolutamente diferente.

e) Site Vida Saudável do Hospital Albert Einstein

50. Aponta que é uma espécie de curadoria de conteúdos que já estão disponíveis em outros sites como os do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, “Centers for Disease Control and Prevention (CDC) e FIESP. Não há interação de inteligência artificial destinada à organização de políticas públicas, conforme comparação no quadro de pp. 17/18 da peça 33.

f) Contrato de comunicação IGESDF e a empresa Fértil

51. Alega que a principal diferença é que o contrato da Smart7 não passa pela oferta de produtos relacionados à publicidade e propaganda institucional, sendo focado no combate ao coronavírus.

g) Projeto “CheckCorona”

52. Afirma que a *“representação do MPC/DF também faz comparação do contrato firmado pelo IGESDF com a “tecnologia para ajudar a combater o novo coronavírus, que poderá ser utilizada no aplicativo de mensagens WhatsApp: o “CheckCorona”. Trata-se de iniciativa interessante e a única semelhança com os serviços prestados pela Smart7 é que usa inteligência artificial numa fase primária de interação. De acordo com a matéria da Revista Galileu, “o projeto está entre as 71 ideias selecionadas no Desafio Covid-19, iniciativa do Ministério Público de Pernambuco e da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco”. Mas não há qualquer informação mais detalhada sobre a questão.*

53. Por fim, a Smart7 pede que os esclarecimentos sejam conhecidos e determinado o arquivamento da Representação nº 45/2020, de autoria do MPJTCDF, visto que restaria comprovada a ausência de transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial. Requer ainda que todas as publicações, intimações, notificações ou citações sejam feitas exclusivamente em nome do advogado ANTONIO RODRIGO MACHADO, OAB/DF nº 34.921.

13. A partir desses elementos, examina o mérito da exordial.

14. De início, rechaça qualquer mitigação que poderia existir na fiscalização a cargo do TCDF, em decorrência da natureza jurídica privada do IGESDF.





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

15. Sobre o Contrato 32/2020, esclarece que o exame levará em conta o apontado pelo MPCDF, pelo IGESDF e pela contratada Smart7:

57. O MPjTCDF aponta que muitas das soluções visadas pelo contrato já seriam objeto de campanhas da mídia, de entes públicos e privados, gratuitamente, como o Telecovid, o Disque Saúde e o próprio sítio eletrônico do IGESDF.

58. O IGESDF esclarece que o objetivo do Contrato com a Smart7 é fornecer dados estratégicos para os órgãos públicos tomarem decisões e constituírem políticas de combate à pandemia, como também diminuir a sobrecarga das unidades de saúde.

59. A Smart7 argumenta que o Parquet não teria obtido informações essenciais para compreensão dos serviços prestados no âmbito do contrato em tela, que teria como finalidade municiar o poder público com dados precisos e confiáveis sobre sintomas, perfil demográfico, localização e diversos outros elementos destinados ao auxílio das definições de políticas públicas de enfrentamento e combate à pandemia, que estão em desenvolvimento.

60. Acrescenta que, apesar da existência de algumas iniciativas públicas e privadas destinadas a informar toda a população sobre as características e consequências da COVID-19 e seus sintomas, nenhuma delas se assemelha ao Contrato firmado com a Smart7.

61. Realmente, ao verificar os outros serviços e contratos em comparação com o ajuste celebrado pelo IGESDF e a Smart7 não se pode afirmar que tenham as mesmas características, o que, por si só, torna impossível a comparação, veja-se, por exemplo, o objeto do contrato, conforme Anexo IV-Rep 45/2020-GPCF (peça 7):

(...)

62. Por isso, cremos que não se pode fazer a comparação em virtude da diferente abrangência do objeto do Contrato com a Smart7 em relação aos demais serviços/soluções apontados pelo MPjTCDF, fato esclarecido pelos quadros apresentados na peça 33: p. 9, § 38 – comparação com o Contrato da Aro Comunicação; p. 12, § 43 – comparação com o Telecovid; p. 14, § 47 – comparação com o Contrato da Glen Coe Informática Ltda. – ME; p. 17, § 50 – comparação com o site Vida Saudável; p. 19, §





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

52 – comparação com o Contrato da Fértil Comunicação e Marketing Ltda.

63. Na sequência, o Parquet alega que o objeto do contrato é um misto de publicidade, já atendido pela rede pública de saúde, e de telemedicina sem que a contratada tenha qualquer qualificação na área.

64. O IGESDF afirma que não se trata de publicidade ou telemedicina, mas de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de software como serviço (SaaS), e que todo o fluxo de atendimento é supervisionado por médicos especialistas para evitar que sejam passadas informações erradas para os usuários, e para orientá-los na busca de serviço público de saúde mais adequado.

65. A Smart7 pontua que não se pode comparar os seus serviços com telemedicina, pois, em nenhum momento, são executados procedimentos exclusivos da atividade médica, a empresa não possui essa especialidade entre as atividades que exerce e também não se propõe a ofertar tal serviço, sendo sua área de atuação restrita à tecnologia e à comunicação, como fica claro no Elemento Técnico – Emergencial – Aquisição nº 2/2020-IGESDF/DIADM/SUTIC/GESIN (pp. 106 a 115 da peça 33).

66. Em análise do mencionado Elemento Técnico, verifica-se que as especificações nele constantes foram repetidas na cláusula segunda do contrato, transcrita no § 61 anterior, e, pode-se dizer, primeiramente, que não se trata de publicidade, mas de contrato com outras características, conforme afirmado pelo IGESDF e pela Smart7, com tratamento das informações e entrega por “dashboards”, de forma a prover conhecimento ao IGESDF para tomadas de decisões quanto às ações a serem tomadas referentes à Covid-19, conforme parágrafo primeiro da cláusula terceira do Contrato nº 32/2020 (p. 95 da peça 33).

67. Para isso a solução contém Chatbot de atendimento, ou seja, atendimento por meio de robôs, conforme explicado na Informação nº 72/2020- DIASP3 (peça 18), transcrita no § 3º anterior; central de atendimento para o COVID19; desenvolvimento Web; gestão de conteúdo, monitoramento e interação; business intelligence e, por último; suporte de acordo com os níveis de prioridade.

68. Assim, cremos que o contrato, apesar de conter alguns elementos comuns aos apontados pelo MPJTCDF como de publicidade (p. 5 da peça 11)<sup>6</sup>, tem objeto diverso de outros



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

ajustes com essa natureza.

69. Ademais, apesar de todo o fluxo de atendimento ser supervisionado por médicos especialistas, concordamos com os esclarecimentos prestados pelo IGESDF e pela Smart7, que não se trata de telemedicina, como postulado.

70. Para entender porque consideramos que não se trata de telemedicina, extraímos alguns trechos da Resolução nº 1.643/2002 e da Lei nº 13.989/2020, apontadas pelo MPJTCDF.

(...)

71. Consideramos que, na cláusula segunda (objeto do Contrato), item II, constam as expressões que poderiam levar a classificar os serviços como telemedicina:

(...)

72. No nosso entendimento, não se pode qualificar essa atividade como telemedicina. Primeiro porque não é exercício de medicina, não é um médico que atende o cidadão, não se trata de uma consulta, ou seja, não está sendo empregado procedimento exclusivo da atividade médica, como diagnóstico e prescrição de medicamentos. Segundo porque, se nas respostas aos questionamentos for detectado caso grave, uma equipe de analistas, assistidos por médicos especialistas, atenderá o cidadão e os orientará a como proceder da melhor maneira, com a indicação de procurar uma unidade de saúde da rede. Por esses motivos, cremos não assitir razão à Representante.

73. O Parquet aponta, ainda, contrato da ARO Publicidade, que teria sido celebrado pelo Sr. Roni Cavalcante, Diretor Executivo da Smart7, com o Complexo Regulador Estadual – CRE, em valores inferiores ao do celebrado no DF.

74. Quanto ao Contrato da ARO com a CRE (pp. 177/187 da peça 33), a Smart7 assegura que não é responsável ou anuente da empresa ARO, não tendo qualquer participação na contratação. Assevera, também, que o objeto do contrato é diverso (p. 178 da peça 33):

***“CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E DOS SERVIÇOS 1.1. Contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de web, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência, a serem prestados no Complexo Regulador Estadual -CRE, central de regulação da oferta de serviços***



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*assistenciais operacionalizada pelo IGPR, nos termos do Contrato de Gestão nº 098/2018-SES-GO.”*

75. A Smart7 acrescenta que a CRE possui outros contratos semelhantes a este em análise, mas no caso, no valor de R\$ 4 milhões, conforme Doc. 8, anexo aos esclarecimentos (pp. 200/215, quanto ao valor, p. 206 da peça 33):

*“Cláusula Primeira – Objeto 1.1 O presente contrato tem por objetivo: a) a cessão de uso de sistema informatizado, para apoiar, suportar e gerir a operacionalização de ações de regulação do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), no que diz respeito ao atendimento de urgência, ambulatorial e internações hospitalares, a serem executadas pelo Complexo Regulador Estadual (CRE) no estado de Goiás; b) a prestação de serviços de informática, constituídos de Site de infraestrutura para ambiente WEB, consultoria, análise e programação para desenvolvimento, manutenção e implantação de sistemas, com as características e/ou finalidades descritas na Proposta\_Comercial\_IGPR\_GO\_2018, atendendo, rigorosamente, os módulos de sistemas e suas especificações também ali contidas. (...)”*

76. Ao analisar a tabela apresentada nas pp. 10/11 da peça 33, verificase que o contrato realmente é diferente do contrato em tela.

77. Por último, o MPJTDF relata também que, em Pernambuco, no município de Recife, foram adotadas soluções com custo dez vezes menores do que o do DF. Apesar de não ficar claro se a comparação é com o Contrato da Smart7 ou da Fértil, os esclarecimentos foram prestados como segue.

78. A Smart7 sustenta que o valor global do contrato seria de R\$ 714.000,00 e não de R\$ 102.400,00 (p. 263 da peça 33), conforme afirma pelo Parquet. Além disso, há várias diferenças entre os objetos contratuais, conforme quadro de pp. 14/16 da peça 33, sendo que a única semelhança seria a existência de um FAQ: “Perguntas e Respostas sobre a COVID-19”.

79. Para melhor entendimento, transcrevemos o objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 4801.01.54.2019, celebrado pelo Município do Recife e a Glen Coe Informática Ltda. – ME (p. 262 da peça 33):

*“DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico remoto ao ambiente*



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*de produção, treinamento e suporte técnico especializado “on-site” na Plataforma Pentaho Business Analytics Community Edition, incluindo mineração de dados, utilizando o Waikato Environment for Knowledge Analysis 3.7 ou outra ferramenta gratuita de uso irrestrito e ilimitado, para atender as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018 ...”*

80. Assim, de acordo com o que se contempla, não há como comparar os contratos mencionados pelo MPJTCDF, com a finalidade de macular a contratação.

81. Os pontos principais da Representação do MPJTCDF, quanto ao Contrato da Smart7, são a sobreposição de atividades e a contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado.

82. O cotejo dos contratos mencionados pelo Parquet afasta o indício de sobreposição de atividades, mesmo porque o contrato foi objeto de decisões baseadas em pareceres técnicos de acordo com o Processo SEI nº 04016- 00024182/2020-48\* do IGESDF, conforme Parecer SEI-GDF nº 42/2020-IGESDF/IGES/DP/GAPRE/ASJUR (pp. 117/125 da peça 33).

83. Nesse Parecer foram identificados todos os elementos necessários à regularidade do processo administrativo de contratação: elemento técnico, relatório de visualizações e respostas da Bionexo; e-mails enviados e recebidos sobre cotações; mapa comparativo de preços; planilha de preços; definição de modalidade da seleção de fornecedores; requerimento de autorização de despesa orçamentária; declaração de disponibilidade orçamentária; autorização da Diretoria Executiva; documentações para habilitação da empresa; e minuta contratual.

84. Verifica-se, também, que a pesquisa de preços contou com a apresentação de orçamentos válidos (peça 37764507\*), resultando no valor total de R\$ 2.079.968,93. Foram apresentadas propostas pelas seguintes empresas: a) Central It Tecnologia da Informação Ltda. – R\$2.509.906,80; b) Knowtec Ltda. – R\$2.200.000,00; c) Duosystem Tecnologia e Informática Ltda. – R\$3.925.878,94; d) Smart7 Digital Ltda. – R\$1.530.000,00; e e) Novetech Soluções Tecnológicas Ltda. – desclassificada (p. 127 da peça 33).



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

85. Desse modo, reputamos, no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020-CF quanto ao Contrato da Smart7.

16. Em seguida, trata do Contrato 51/2020 firmado com a Empresa  
Fértil:

87. Primeiramente, a possibilidade de os serviços do Contrato nº 32/2020 serem abrangidos no Contrato nº 51/2020, ou vice-versa, é rebatida com base no fato de que, ao se comparar os elementos técnicos, o contrato, e a lista de serviços efetivamente prestados por uma e outra empresa, conclui-se tratarem-se de situações distintas, com objetos distintos.

88. O Contrato nº 51/2020, celebrado com a Fértil, é de publicidade e propaganda institucional a ser prestado ao IGESDF, para todo o tipo de serviço de publicidade, levando à população conhecimento e compreensão do funcionamento do Instituto, enquanto o Contrato nº 32/2020, celebrado com a Smart7 tem foco centrado no combate ao coronavírus.

89. Outra alegação é em relação às soluções adotadas no estado de Pernambuco, com custos dez vezes menores que a solução adotada no DF. Essas foram explicadas nos §§ 77/80 anteriores em comparação com o Contrato celebrado com a Smart7, caso em que os objetos são diferentes. No caso da Fértil, também o objeto do contrato é diferente, como se vê:  
(...)

90. Assim, não vemos como procedentes os argumentos da Representante.

91. O MPJTCDF pontuou, também, outra iniciativa do estado de Pernambuco, denominada “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela Internet, com o objetivo de evitar aglomerações em hospitais, sem necessidade.

92. Essa iniciativa, pelo que se percebe, é diferente do contrato celebrado com a Fértil. Nela há a utilização de inteligência artificial, numa fase primária de interação, e está, segundo a Revista Galileu7, entre as 71 ideias selecionadas no Desafio Covid-19, iniciativa do Ministério Público de Pernambuco e da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, mas não há qualquer informação mais detalhada sobre a questão.

93. Considerando que o Contrato nº 51/2020 foi celebrado de acordo com os termos do Ato Convocatório nº 13/2020, do Elemento Técnico nº 1/2020- IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM,



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

da proposta comercial, do Parecer SEI-GDF nº 65/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR e, ainda, em consonância com o Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, não há o que se postular contra os termos avençados pelo IGESDF com a Fértil.

94. Ademais, o critério de avaliação das propostas (item 6 do Elemento Técnico nº 1/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, p. 74 da peça 31) foi estabelecido como melhor combinação de técnica e preço, conforme art. 24, III, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, sendo que a parte técnica foi realizada mediante avaliação de uma campanha publicitária simulada (itens 15 e 16 do Elemento Técnico, pp. 94/103 da peça 31).

95. Ainda, é possível extrair que a disputa teve três propostas, com elevados índices de desconto, conforme ata do certame, tendo sido aberto prazo para que todos apresentassem a proposta técnica. No entanto, apesar dos adiamentos, o prazo final foi fixado para 15/04/2020, e somente a Fértil apresentou a proposta técnica, sagrando-se vencedora. De qualquer forma, ainda que tenha sido a única a apresentar proposta técnica, foi a empresa que ofertou os maiores descontos sobre as tabelas do SINAPRO ou sobre honorários de serviços de terceiros.

96. Assim, consideramos improcedentes os argumentos da Representante, podendo, entretanto, esta Corte autorizar o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos.

17. Nessas condições, conclui:

97. A Representação nº 45/2020-CF reporta supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo IGESDF, para soluções de informática e publicidade de utilidade pública.

98. Em primeiro lugar, o **Contrato nº 032/2020**, celebrado com a Smart7, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid19.

99. Em segundo lugar, o **Contrato nº 051/2020**, celebrado com a





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

Fértil, com vigência de 12 (doze) meses, e previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

100. Os **pontos principais** da Representação do MPJTCDF são a sobreposição de atividades tanto de um contrato com o outro, como em relação a outros serviços e contratos já prestados pela iniciativa pública e privada com a mesma finalidade, e **a contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado.**

101. De acordo com análise realizada, não foi possível verificar a sobreposição de atividades contempladas de um contrato sobre o outro, e mesmo havendo até certo ponto a alegada sobreposição em relação a outros serviços prestados pela iniciativa pública e privada, isso ocorre devido ao compartilhamento do objetivo geral comum de combate à COVID-19, e do mesmo público alvo.

102. No entanto, os objetos dos contratos são diferentes, bem como os canais de comunicação utilizados, as tecnologias envolvidas e os resultados obtidos.

103. Quanto à contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado, pelos documentos analisados, não foi possível chegar a esse posicionamento.

104. Assim, pelos motivos expostos no item II.5, opinamos pela improcedência dos argumentos da Representante, podendo, entretanto, esta Corte autorizar o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos

18. Por conseguinte, sugere ao Plenário:

I - tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados por:

- a) Fértil Comunicação e Marketing Ltda., peça 31;
- b) Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal – IGESDF, peça 32;
- c) Smart7 Digital Ltda. – ME, peça 33;





MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

II - considerar:

- a) atendidas as diligências constantes dos itens II e III da Decisão nº 3026/2020;
- b) no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020-CF;

III - autorizar:

- a) o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos;
- b) o conhecimento da decisão que vier ser proferida à autora da Representação e aos demais interessados nomeados no item I anterior;
- c) a expedição de todas as publicações, intimações, notificações ou citações, referentes à Smart7 Digital Ltda. – ME, exclusivamente em nome do advogado Antonio Rodrigo Machado, OAB/DF nº 34.921, conforme solicitado;
- d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP, para os devidos fins.

19. Os autos vieram ao MPCDF para parecer, que, de início, ressalta que as explicações apresentadas pelo IGESDF estão desacompanhadas de qualquer documento comprobatório, tampouco foi informado, alternativamente, o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC), desatendendo Decisão Plenária:

**II – determinar, com esteio no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º, do RI/TCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na peça inaugural, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC), a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;**

20. Visto isso, torna-se oportuno ressaltar que a exordial identificou de forma objetiva características de telemedicina no contrato firmado com a SMART7, a partir de dados constantes do site do IGESDF e do Elemento Técnico Gerencial, que justificaram a contratação.



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

21. Como referido, uma das modalidades da telemedicina é a teleassistência, à distância, para o ambiente digital, por meio de triagem, orientação de saúde, etc. É justamente isso o que o contrato celebrado com a Smart7 se predispõe a fazer, só que ao arrepio das normas vigentes, já que, como se comprovou, nos termos reiterados pelo próprio IGESDF, em agravo, o objeto contratado é bem menor do que se imaginava. São apenas dois robôs com um roteiro pré-determinado de atendimento, que, **ao final, podem transferir a ligação para um “analista”** com o fim de fazer a triagem desses pacientes para unidades de saúde. Aqui, **afigura-se grave verificar que o “analista”, pessoa sem formação específica, pratica inequívoca atuação sanitária.**

22. Corroborando o que se afirma, **TELECOVID é um serviço cujo atendimento é prestado, ao menos, por enfermeiros e técnicos em enfermagem, não por robôs**, e com as seguintes características<sup>1</sup>:

Durante a ligação, se a pessoa for classificada como um possível caso, ela será orientada, a depender da situação, **a se dirigir à unidade básica de saúde (UBS) mais próxima de sua casa, ou a acionar o Samu 192. Com as informações colhidas pelos profissionais da central** e do local onde ocorreu o atendimento presencial, as equipes de Vigilância Epidemiológica, com reforço da Atenção Primária da região, podem ser acionadas.

“O TeleCovid é uma estratégia de extrema importância para melhorar o fluxo de atendimento e não sobrecarregar o 192, que já recebe quase 1 mil ligações por dia. **Quando essas solicitações são desviadas ao TeleCovid, é possível oferecer o atendimento do Samu no melhor tempo resposta possível**”, afirmou o diretor-geral do Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal, Petrus Sanchez.

**CIOB – Usado para ações de segurança pública, o Centro Integrado de Operações de Brasília tem o objetivo de concentrar dados de operações e ações sigilosas do Corpo de Bombeiros, monitorando o número de contágios do coronavírus no DF, no Brasil e no mundo.**

<sup>1</sup> <http://www.saude.df.gov.br/teleccovid-oferece-orientacoes-aos-cidadaos-sobre-o-coronavirus/>



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**A unidade recebe dados de postos de saúde, hospitais, laboratórios e consegue formar uma base que permite saber quando, como e onde está havendo contágio.** O centro é coordenado pelos bombeiros, que trabalham em conjunto com representantes das secretarias de Saúde e Casa Civil, além da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das vigilâncias Sanitária e Ambiental  
(destacou-se)

23. Como se vê, trata-se de um serviço com profissional da área de saúde.

24. Além do mais, tendo em conta a disponibilidade desse serviço, a dúvida que persiste é: **qual o motivo para se contratar serviços de robôs, para fins muito semelhantes, sem que até agora se tenha a justificativa do valor?** Tudo isso sem a estimativa a cargo do IGESDF, tampouco algum contrato semelhante ao celebrado com o Instituto para justificar o preço praticado.

25. Ora, a própria contratada reconhece a semelhança do serviço contratado com o **oferecido GRATUITAMENTE pelo Checkcorona do Estado de Pernambuco**, mas não aprofunda a sua análise, *verbis*:

54. A representação do MPC/DF também faz comparação do contrato firmado pelo IGESDF com a "tecnologia para ajudar a combater o novo coronavírus, que poderá ser utilizada no aplicativo de mensagens WhatsApp: o CheckCorona". **Trata-se de iniciativa interessante e a única semelhança com os serviços prestados pela Smart7 é que usa inteligência artificial numa fase primária de interação.** De acordo com a matéria da Revista Galileu, "o projeto está entre as 71 ideias selecionadas no Desafio Covid-19, iniciativa do Ministério Público de Pernambuco e da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco"

55. De acordo com o MPC/DF o projeto está disponível gratuitamente na internet, **mas não há qualquer informação mais detalhada sobre a questão.**  
(destacou-se)



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

26. Ressalte-se que o Checkcorona estava **disponível desde abril do corrente** e a **contratação da SMART7 ocorreu em 08/05/2020**. Ou seja, à época da contratação já se encontrava à disposição de qualquer interessado.

27. O outro contrato reconhecido pela SMART7 como parcialmente semelhante é o do **Município de Recife com a Empresa Fábrica de Negócios, onde constam os termos tecnologia e *business intelligence* em seus respectivos objetos contratuais**.

28. Segundo se apurou, a partir daquele ajuste, o município adicionou ao objeto contratual a utilização de uma ferramenta, na qual é permitido às pessoas com sintomas da Covid-19 terem um primeiro suporte em videochamada **com enfermeiro ou médico**, antes de procurar uma unidade de saúde.

29. Novamente, constata-se serviço diretamente com profissional de saúde e, se for o caso, encaminhamento a uma unidade de saúde.

30. Conforme consignado pela SMART7, **o contrato de Recife é no valor de R\$ 714 mil por 12 meses, enquanto o do IGESDF com ela é de R\$ 1,53 milhão por 6 meses. Em português claro, o IGESDF contrata um valor quatro vezes maior**.

31. Ora, **não é preciso que se tenha um contrato idêntico, mas é bastante o oferecimento de soluções similares, para que o bom gestor opte sempre pela opção mais econômica para o interesse coletivo. Mas, como sobejamente demonstrado, não foi isso o que ocorreu**.

32. Pior: **quanto ao valor da contratação, não se localizaram justificativas para vultosa quantia!**

33. Afora isso, **há, também, total ausência de justificativas para a contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda, no valor de R\$ 4 milhões em plena pandemia<sup>2</sup>**.

---

<sup>2</sup> A esse respeito, também, vide as Representações do MPC/DF 13 e 14/20 (respectivamente, suplementação para o GDF e elevação contratual, pela CLDF).



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

34. É possível antever que são situações assim que têm levado o IGESDF à suspeita de caos<sup>3</sup>, tanto que tem recebido sucessivos suportes de recursos orçamentários por parte do GDF, que começam a ser questionados, como o valor R\$ 136.876.977,46 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)<sup>4</sup> e novos R\$ 48 milhões de reais<sup>5</sup>.

35. Não deve ser à toa que a Diretoria Executiva do IGESDF determinou, em 10/09/20, a imediata suspensão de continuidade e execução de alguns contratos, entre eles, o firmado com a SMART7 e o celebrado com a FÉRTIL<sup>6</sup>:

**A DIRETORIA EXECUTIVA do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde - IGESDF**, no uso de suas atribuições previstas no art. 24 inciso II do Estatuto e art. 18, inciso II do Regimento Interno do IGESDF, conforme deliberado em **reunião no dia 10/09/2020**, através da presente Ordem de Serviço determina que:

Deverá a Assessoria Jurídica do IGESDF imediatamente proceder a comunicação de **suspensão da continuidade e execução dos contratos celebrados, abaixo descritos**, até ulterior deliberação da DIREX.

**- Fértil Comunicação e Marketing;**

- Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda;
- Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília;
- S&N Serviços de RH e Tecnologia da Informação Ltda;
- Mv sistemas Ltda;

**- Smart 7 digital Ltda ME;**

- Carlos Conce Consultoria e Educação Empresarial - EIRELI

36. Nessas circunstâncias, esta Procuradora lamenta divergir do Corpo Técnico, opina, nesta fase, por nova diligência dirigida ao IGESDF para comprovação dos valores aplicados nos contratos com a SMART7 e a FÉRTIL, bem como apresentação de motivação e justificativas para os ajustes celebrados, com respectivos documentos comprobatórios, sem prejuízo da

<sup>3</sup> “Secretaria de Saúde socorre IGESDF e define situação financeira do Instituto como caótica”:  
<https://globoplay.globo.com/v/8926768/>

<sup>4</sup> Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018-SES/DF.

<sup>5</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/ses-df-repassa-mais-de-r-48-milhoes-ao-iges-df>

<sup>6</sup> <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Boletim-de-Atos-Oficiais-149.pdf>



MPC/DF

Proc.: 4091/2020

\_\_\_\_\_  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

autorização para o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos, nos termos já sugeridos pelo Corpo Técnico.

É o parecer.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2020.

**CLAÚDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA  
PROCURADORA**